



# PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO

ESTADO DE SÃO PAULO

CNPJ/MF Nº 46.444.790/0001-03 - [www.joaoramalho.sp.gov.br](http://www.joaoramalho.sp.gov.br)

## LEI Nº 903 DE 25 DE JUNHO DE 2025.

**“Autoriza o Município de João Ramalho a celebrar convênio com a União, por intermédio da Receita Federal do Brasil, para adesão ao padrão nacional da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e), instituído nos termos da Resolução CGOA nº 3, de 08 de Abril de 2021, e dá outras providências”.**

**DIRCE DA CONCEIÇÃO BUBOLA VALEJO**, Prefeita Municipal de João Ramalho, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei; FAZ SABER, que a Câmara Municipal aprovou e ele promulga a seguinte Lei.

**Art. 1º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar convênio com a União, por meio da Receita Federal do Brasil, para adesão ao Sistema da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e) de padrão nacional, nos termos da Resolução CGOA nº 3, de 08 de Abril de 2021, e demais normativos aplicáveis.

**Art. 2º** A adesão referida no artigo anterior será formalizada por meio da assinatura do Termo de Adesão ao Ambiente de Dados Nacional da NFS-e, conforme modelo estabelecido pela Receita Federal do Brasil e pelo Comitê Gestor das Obrigações Acessórias do ISSQN (CGOA).

**Art. 3º** A celebração do convênio e a adesão ao padrão nacional da NFS-e têm como objetivos:

I – Adoção do documento fiscal eletrônico padronizado nacionalmente para a prestação de serviços sujeitos à incidência do ISSQN;

II – Integração dos sistemas municipais com o Ambiente de Dados Nacional (ADN) gerido pela Receita Federal do Brasil;

III – Melhoria na fiscalização, arrecadação e gestão do ISSQN;

IV – Facilitação do cumprimento das obrigações acessórias pelos contribuintes estabelecidos no Município.

**Art. 4º** O Município poderá utilizar, a seu critério, os sistemas tecnológicos disponibilizados pela Receita Federal do Brasil e integrados ao Ambiente de Dados Nacional, inclusive para:

I – Emissão gratuita da Nota Fiscal de Serviço Eletrônica (NFS-e);

II – Administração de dados fiscais e compartilhamento de informações tributárias;

III – Fiscalização e controle da arrecadação do ISSQN;

V – Adequação às disposições da Emenda Constitucional nº 132/2023, no que se refere à



**PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO RAMALHO**  
ESTADO DE SÃO PAULO  
**CNPJ/MF Nº 46.444.790/0001-03 - [www.joaoramalho.sp.gov.br](http://www.joaoramalho.sp.gov.br)**

unificação dos tributos sobre o consumo, incluindo a futura substituição do ISSQN pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS);

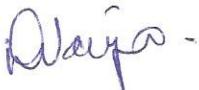
VI – Harmonização com os princípios da tributação no destino e da não cumulatividade, previstos para o IBS e a CBS;

VII – Preparação do Município para a transição e integração com o Comitê Gestor do IBS e com o sistema nacional da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), observando a legislação complementar pertinente.

**Art. 5º** Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a adotar todas as providências necessárias à implementação da NFS-e de padrão nacional no âmbito da administração tributária municipal, inclusive a regulamentação da presente Lei por meio de decreto.

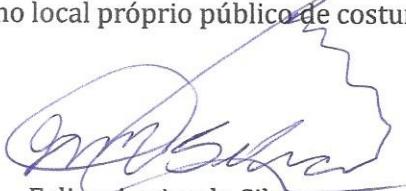
**Art. 6º** – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de João Ramalho, aos 25 de Junho de 2025.

  
**DIRCE DA CONCEIÇÃO BUBOLA VALEJO**

Prefeito Municipal

Registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, publicada de acordo com o artigo 114 da LOMJR, e publicada por afixação no local próprio público de costume na data supra.

  
Felipe Aguiar da Silva  
Secretário de Administração, Finanças e Tributos